

Teatralização do patrimônio e a perpetuação da lógica colonial: uma análise da visita de Dom João Orleans a Ouro Preto¹

La teatralización del patrimonio y la perpetuación de la lógica colonial: un análisis de la visita de Dom João Orleans a Ouro Preto

The dramatization of heritage and the perpetuation of colonial logic: an analysis of Dom João Orleans's visit to Ouro Preto

KARINA SANTOS², NAIR PRATA³

Resumo: No dia 9 de abril de 2022, a Prefeitura de Ouro Preto celebrou a proclamação da antiga Vila Rica de Ouro Preto. O evento teve como convidados a família Orleans e Bragança, que se autoproclama família real brasileira. A celebração desagradou a população do município, que questionou nas redes sociais a existência da realeza no país. Este artigo busca analisar como a visita de Dom João de Orleans e a apropriação de uma narrativa do passado por poderes políticos ajudam na manutenção de um passado colonial. Foi realizada uma análise de conteúdo dos comentários da população e também da nota divulgada pela Prefeitura. Tendo como apoio teórico autores como Bauer (2002), Canclini (2015), Maldonado-Torres (2019), Anzaldúa (2005), hooks (2017) e Recuero (2016).

¹ Versão revista e atualizada do texto apresentado no 45º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Karina Santos, mestre em Comunicação pela Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

³ Nair Prata, Professora Doutora em Linguística Aplicada (UFMG), com estágio de pós-doutoramento na Universidad de Navarra (Espanha). Professora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP). nairprata@uol.com.br.

Palavra-chave: Teatralização do patrimônio; Narrativa; Colonialidade; Decolonial

Resumen: El 9 de abril de 2022, la Municipalidad de Ouro Preto llevó a cabo una celebración en conmemoración de la proclamación de la antigua Vila Rica de Ouro Preto. En el evento, la familia Orleans y Bragança, que se autoproclama como la familia real brasileña, fue invitada. La celebración desagradó a la población local, que cuestionó en las redes sociales la existencia de la realeza en el país. Ante lo expuesto, este artículo busca analizar cómo la visita de Dom João de Orleans y la apropiación de una narrativa del pasado por parte de los poderes políticos contribuyen a la mantenimiento de un pasado colonial. Se realizó un análisis de contenido de los comentarios de la población y también de la nota divulgada por la Municipalidad. Teniendo como base el respaldo teórico de Bauer (2002), Canclini (2015), Maldonado-Torres (2019), Anzaldúa (2005), hooks (2017) y Recuero (2016).

Palabras clave: Teatralización del patrimonio; Narrativa; Colonialidad; Decolonial

Abstract: On April 9, 2022, the unicipality of Ouro Preto held a celebration commemorating the proclamation of the former Vila Rica de Ouro Preto. The event hosted the Orleans and Bragança family, who proclaim themselves as the Brazilian royal family. The celebration displeased the local population, who questioned on social media the existence of royalty in the country and the absence of Black individuals. In light of the above, this article seeks to analyze how Dom João de Orleans's visit and the appropriation of a narrative from the past by political powers contribute to the maintenance of a colonial past. To achieve this, a content analysis of the population's comments and the statement released by the Municipality was conducted, based on Bauer's theoretical concepts (2003). Theoretical support is also drawn from authors such as Canclini (2015), Maldonado-Torres (2019), Anzaldúa (2005), hooks (2017), and Recuero (2016).

Keywords: Heritage dramatization; Narrative; Coloniality; Decolonial.

Introdução

No dia 9 de abril de 1822, Dom Pedro I realizou a proclamação da antiga Vila Rica de Ouro Preto⁴, afirmando que os ferros do despotismo não prevaleceriam sobre os anseios de liberdade e independência de Minas Gerais. Em 2022, 200 anos depois dos dizeres, a Prefeitura Municipal de

⁴ Proclamação é toda declaração pública e solene. Neste caso, o então príncipe regente do Brasil, D. Pedro I, realizou uma cerimônia comemorativa em 9 de abril de 1822, homenageando os ideais de liberdade e independência germinados na antiga capitania e saudou a bravura do povo de Vila Rica.

Ouro Preto realizou um evento para reproduzir o momento histórico, trazendo para o mesmo local, a “família real brasileira”⁵. Ela é formada por Dom João de Orleans e Bragança, tataraneto de Dom Pedro I, João Philippe de Orleans e Bragança e Mia Isabel de Orleans e Bragança. A celebração, que segundo a Prefeitura era aberta ao povo ouro-pretano, recebeu políticos, figuras da elite do município e jornalistas, mas a comunidade não compareceu. O momento foi compartilhado no Facebook da Prefeitura, alcançando uma parte da população, que, em sua maioria, demonstrou reprovação ao evento. Nos comentários muitas pessoas indagavam sobre a existência de uma família imperial no Brasil, questionavam a ausência de pessoas negras e a relevância da celebração.

A Prefeitura justificou que a visita da família Orleans e Bragança tinha o objetivo de evocar a memória de um passado considerado glorioso, que confere a Ouro Preto um lugar de protagonismo na história do país. Entretanto, qual seria o objetivo de evocar esse passado? Indo mais além, para quem esse passado seria glorioso? A história da transição do Brasil Colônia para o Brasil República, que prometia um ideal de liberdade e igualdade, na realidade continuou mantendo os privilégios das elites, relegando os negros recém-libertos da escravidão e os pobres às margens da sociedade.

Em *Culturas Híbridas*, Néstor García Canclini (2015) discute que forças políticas podem se apropriar do discurso do passado para fazer com que a narrativa escolhida seja a única versão possível, criando um passado hegemônico que não deixa brechas para refletir sobre suas contradições. Além disso, a celebração realizada pela Prefeitura de Ouro Preto pode ser observada por meio da teatralização do patrimônio, que é a forma como os poderes políticos utilizam as comemorações, monumentos e museus para encenar acontecimentos que seriam fundadores de uma nação e que expressam uma essência nacional. “A teatralização do patrimônio é o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje. Essa é a base das políticas culturais autoritárias” (CANCLINI, 2015, p. 162).

⁵ Este artigo busca analisar de forma crítica a existência de uma família real no Brasil e, consequentemente, a existência de um príncipe no país. Dessa forma, tendo como base os conceitos de Maldonado-Torres (2019), tomamos a atitude decolonial de não nos referirmos a Dom João de Orleans como príncipe. Portanto, ele será citado apenas pelo nome e a família não será nomeada como família real, mas sim pelo sobrenome Orleans e Bragança.

Além dos pontos relatados, a visita da família Orleans e Bragança revela uma controvérsia no evento: se o objetivo era celebrar o marco que deu início à ruptura de um país colonial, qual o sentido de convidar pessoas que se autoproclamam príncipes do Brasil e evocam, ainda que de forma subentendida, a continuidade de um pensamento colonial? Esse *status* reivindicado pela família Orleans e Bragança pode demonstrar o desejo de manter os privilégios que a monarquia lhes garantia, o que não condiz com os princípios de uma república. Além disso, o título de nobreza pressupõe que eles são superiores ao restante da população.

Diante do exposto, este artigo busca analisar como a visita de Dom João Orleans e a apropriação de uma narrativa do passado por poderes políticos contribuem para a manutenção de um passado colonial. Este estudo pretende entender como isso sustenta a narrativa dos colonizadores e investigar como a repercussão entre a população nas redes sociais coloca em discurso uma visão alternativa à oficial, atravessada por questionamentos caracterizados por uma consciência decolonial.

Visando alcançar esse objetivo, o artigo está dividido em duas partes. A primeira irá analisar como foi a cerimônia em si, com base nos conceitos de Canclini (2015) sobre a apropriação do passado pelas forças políticas. Ainda no primeiro tópico, a temática será articulada com os conceitos de Nelson Maldonado-Torres (2019) sobre colonialidade e decolonialidade. A segunda parte observa a repercussão da população no Facebook, por meio da análise de três comentários que evidenciam as controvérsias do evento.

Também será observada a resposta da Prefeitura à repercussão negativa. Para essa etapa, foi utilizado o conceito de análise de conteúdo clássica de Martin Bauer (2003). Essa parte também terá como base a perspectiva de uma nova consciência trazida por Gloria Anzaldúa (2005) e bell hooks (2017) como uma das alternativas para quebrar a continuidade de um pensamento colonial. Como a população se manifestou pelas redes sociais, a segunda parte também abordará o conceito de conversação em rede de Raquel Recuero (2016).

Passado em disputa e a teatralização do patrimônio

A maneira como um grupo social aprende e conhece o passado determina uma consciência coletiva. Esse passado pode ser visto por uma perspectiva mais íntima, formada pelas experiências individuais do sujeito, e também por

uma perspectiva coletiva, que nos une enquanto sociedade. O passado compartilhado fundamenta certas estruturas sociais que determinam os hábitos, as leis, a educação e a economia no presente. No entanto, podem existir diversas versões de um passado, de modo que as narrativas dos acontecimentos históricos repassadas para a população são, de certa forma, escolhidas e representam uma disputa de poder, pois a maneira como a sociedade compreende seu passado pode manter ou modificar as estruturas sociais na atualidade.

Diante disso, forças políticas são capazes de se apropriar de um determinado passado, visando manter o status quo social e, conseqüentemente, a manutenção de seus poderes. Canclini (2015) cita que uma das maneiras de alcançar esse objetivo é o uso político do patrimônio cultural. Segundo o autor, o patrimônio cultural reúne um conjunto de bens e práticas tradicionais que atuam para garantir uma cumplicidade social, levando-nos a nos perceber como uma nação. Esses elementos do patrimônio trazem um passado de prestígio, colocado como um dom, algo natural que nos foi dado e, portanto, dispensam a necessidade de serem observados criticamente. À sociedade cabe apenas “preservá-lo, restaurá-lo e difundi-lo” (CANCLINI, 2015, p. 160).

Para que o patrimônio exista como força política, ele precisa ser colocado em cena, ser teatralizado em comemorações, monumentos e museus (CANCLINI, 2015). Esse conceito é definido pelo mesmo autor como “o esforço para simular que há uma origem, uma substância fundadora, em relação à qual deveríamos atuar hoje” (CANCLINI, 2015, p. 162).

O objeto de pesquisa deste artigo se encontra nessa definição, pois, segundo a Prefeitura de Ouro Preto, a vinda da família Orleans e Bragança ao município aconteceu devido à comemoração dos 200 anos da visita de Dom Pedro à antiga Vila Rica de Ouro Preto. Além disso, o evento de 2022 foi realizado no mesmo local de 200 anos atrás, no antigo Palácio dos Governadores, que hoje foi transformado no Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP).

Com base nos conceitos de Canclini (2015), é possível observar que o uso desses locais como palco pelos poderes políticos busca legitimar a narrativa escolhida e convencer a população de que os elementos que a compõem são provas de que existe apenas aquela versão dos acontecimentos fundadores de uma sociedade. Esses elementos se apresentam como a base sobre a

qual será construído o futuro da nação, ou seja, demonstram um desejo de continuidade das hierarquias sociais.

As relações entre governo e povo consiste na encenação do que se supõe ser o patrimônio definitivo da nação. Lugares históricos e praças, palácios e igrejas, servem de palco para representar o destino nacional, traçado desde a origem dos tempos. Os políticos e sacerdotes são os atores vicários dessa trama (CANCLINI, 2015, p.163).

O evento reuniu a elite ouro-pretana, jornalistas, políticos e membros da família Orleans e Bragança. Assim como em uma peça de teatro, a disposição dos assentos já indicava quais personagens seriam os protagonistas: a família Orleans e Bragança, junto com o prefeito da cidade e outros membros do poder público, ficaram sentados em cadeiras colocadas em uma parte mais elevada, na entrada do museu. Enquanto isso, a plateia, composta pela elite, acompanhou o evento sentada na parte inferior, e o restante do público assistiu em pé. A cerimônia também contou com a participação de uma banda tradicional da cidade. Como pode ser observado na Figura 1.

Imagem 1: Disposição do público presente na cerimônia



Fonte: Facebook Prefeitura de Ouro Preto

Como parte da encenação, o prefeito de Ouro Preto, Angelo Oswaldo, e Dom João de Orleans, protagonistas da cerimônia, tiveram um momento de fala; em seguida, foi realizado o hasteamento das bandeiras do Brasil, de Minas Gerais e de Ouro Preto, ao som do hino nacional. Esse ato é tradicionalmente repetido em outras teatralizações realizadas em

comemorações políticas, como no Dia da Independência do Brasil, em entregas de obras e inaugurações.

Um dos momentos mais simbólicos da comemoração ocorreu quando Dom João de Orleans foi convidado a subir na sacada do museu e repetir as mesmas palavras que seu tataravô, Dom Pedro I, disse há 200 anos. Outro ato de repetição aconteceu quando ele se sentou na mesma cadeira em que Dom Pedro I se sentou durante a viagem a Vila Rica de Ouro Preto, realizada em 1822. Hoje, o objeto é tombado como patrimônio cultural do município.

O roteiro da comemoração deixa vestígios de que, na ocasião, a narrativa sobre o início da luta pela independência foi apropriada pelas forças políticas de Ouro Preto. Um exemplo disso é o momento de fala, que foi utilizado para reforçar a perspectiva histórica que exalta o protagonismo de Dom Pedro I e, conseqüentemente, exclui e tenta esconder as controvérsias desse acontecimento. Por exemplo, em nenhuma fala ou qualquer outra encenação da comemoração foi mencionado que ainda existia escravidão em 1822 e que pessoas negras, escravizadas ou livres, também lutaram pela independência, como ressaltam os pesquisadores Crescêncio e Moreno (2022).

A população negra, que por muitas vezes foi marginalizada e excluída durante o período colonial, participou de lutas pela independência. Alguns participaram de batalhões de exército argentino e brasileiro. Mesmo que sua condição de escravo delimitasse a sua participação na sociedade, alguns, em troca da liberdade, se engajavam nas lutas para consolidar a independência Argentina e a independência do Brasil (CRESCÊNCIO; MORENO, 2022, n/p).

Ainda, o uso das bandeiras pode ser visto como mais uma estratégia para fazer a população/público se identificar como nação, um povo heterogêneo que compartilha os mesmos símbolos, o mesmo passado e uma única possibilidade de futuro. Ao observar a repetição da fala de Dom Pedro I pelo seu tataraneto no evento da Prefeitura pela perspectiva de Canclini (2015), percebe-se que o ato demonstra o desejo de sucessão do poder e a continuidade de uma narrativa única, que ignora a contribuição de outros movimentos para a independência, colocando uma única figura como herói da conquista. “Celebra-se o patrimônio histórico pelos acontecimentos fundadores, os heróis que os protagonizaram e os objetos fetichizados que os evocam. Os ritos legítimos são os que encenam o desejo de repetição e perpetuação da ordem” (CANCLINI, 2015, p. 163).

É possível observar o uso da cadeira como mais um esforço para repetir as hierarquias e o poder. Ela também demarca o lugar de superioridade de Dom João de Orleans em relação à população, visto que somente ele pode se

sentar na cadeira. Isso revela uma controvérsia do evento, que marca o estopim para a independência do Brasil, mas celebra uma família que evoca privilégios e um status social que não condiz com o Brasil República.

A preservação e o uso desse objeto na cerimônia, unidos aos atos de repetição, segundo Canclini (2015), testemunham que a essência desse passado dito como glorioso sobrevive e sobreviverá às mudanças temporais. Atualmente, diversos intelectuais, pesquisadores e historiadores já identificaram a contribuição de outros movimentos para a independência, fato que retira o protagonismo da história de uma única figura.

No entanto, essas novas narrativas continuam sendo deslegitimadas e ignoradas, como foi possível observar no evento realizado pela Prefeitura de Ouro Preto, que celebrou um único marco temporal da conquista, contribuindo para manter um herói da história e uma única versão. Isso resulta na supressão da história de outros processos que culminaram nesse resultado, como as revoltas iniciadas pela população negra e pobre contra a colônia.

Quando o tema independência é explanado de uma maneira que centraliza somente São Paulo, acredita-se que foi um processo que envolveu somente alguns homens brancos que viviam ao redor de D. Pedro I. Entretanto, alguns estudos recentes explicam que nos processos de Independência do Brasil participaram homens letrados e iletrados, mulheres negras e homens negros, mas que foram invisibilizados. Houve várias guerras e lutas pela Independência do Brasil em vários lugares do país, antes de D. Pedro I proclamar a Independência em São Paulo. Diversas regiões do país lutavam pela emancipação e pela liberdade da coroa portuguesa (CRESCÊNCIO; MORENO, 2022, n/p).

Essa anulação dos conflitos e das contribuições de outros grupos sociais é uma das características do uso político do patrimônio cultural.

Mesmo nos casos em que as comemorações não consagram a apropriação dos bens de outros povos, ocultam a heterogeneidade e as divisões dos homens representados. É raro que um ritual aluda de forma aberta aos conflitos sobre etnias, classes e grupos. A história de toda sociedade mostra os ritos como dispositivos para neutralizar a heterogeneidade, reproduzir autoritariamente a ordem e as diferenças sociais (CANCLINI, 2015, p. 192).

O reforço ao passado que ignora os conflitos sociais, a escravidão e as contribuições da população negra na história do país reverbera no presente e pode ser analisado como uma herança do processo de colonização. De acordo com Maldonado-Torres (2019, p. 28), “grupos colonizados e outrora colonizados tendem a experimentar partes dessa história não como um passado que existe com um traço, mas sim como um presente vivo”. Isso ocorre porque o processo de colonização deixou como herança uma sociedade hierarquizada que mantém as mesmas estruturas de poder,

relegando as classes inferiores à pobreza, à violência e ao racismo. Essas marcas demonstram que a transição de um país colônia para um país independente não pôs fim ao colonialismo.

Independência, todavia, não necessariamente implica em descolonização na medida em que há lógicas coloniais e representações que podem continuar existindo depois do clímax específico dos movimentos de libertação e da independência (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 28).

Nessa perspectiva, observamos que o uso político do patrimônio cultural também pode contribuir para manter a lógica colonial na sociedade, na medida em que é teatralizado e perpetua uma narrativa hegemônica e excludente do passado. Vale ressaltar que este estudo, assim como destaca Canclini (2015), não é uma crítica à realização de celebrações dos acontecimentos fundadores, mas sim a uma narrativa hegemônica que exclui a contribuição de outros grupos sociais na história e que “condiciona seus praticantes para que se comportem de uma maneira uniforme” (CANCLINI, 2015, p. 165).

Entretanto, nem sempre o público aceita a narrativa de forma pacífica, como foi o caso de uma parte da população de Ouro Preto, que criticou a realização da comemoração. Esse comportamento ressalta a crescente necessidade de romper com a narrativa única e com o pensamento colonizador.

Análise de conteúdo por uma perspectiva da consciência decolonial

No texto “A teoria como prática libertadora”, bell hooks (2017) argumenta que as teorias podem ser revolucionárias e ter um potencial de libertação coletiva na medida em que se tornam um processo crítico que desafia o status quo. Esse novo olhar sobre as teorias pode ser entendido como o surgimento de uma nova consciência, que não reproduz um pensamento hegemônico, mas está aberta a desafiar as estruturas sociais, como raça, classe e gênero.

Da mesma forma, Gloria Anzaldúa (2005), em “La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência”, fala sobre os marcadores sociais que situam os corpos em lugares pré-definidos, sustentando estruturas sociais excludentes. Identificando-se como uma mestiza que transita entre várias culturas e definições, ela discute como uma nova consciência pode ser usada para quebrar paradigmas.

Ao tentar elaborar uma síntese, o self adiciona um terceiro elemento que é maior do que a soma de suas partes separadas. Esse terceiro elemento é uma nova consciência – uma consciência mestiza – e, apesar de ser uma fonte de dor intensa, sua energia provém de um movimento criativo contínuo que segue quebrando o aspecto unitário de cada novo paradigma. Em unas pocas centúrias, o futuro pertencerá à mestiza. Porque o futuro depende da quebra de paradigmas, depende da combinação de duas ou mais culturas. Criando um novo mythos – ou seja, uma mudança na forma como percebemos a realidade, na forma como nos vemos e nas formas como nos comportamos – Lamestiza cria uma nova consciência (ANZALDÚA, 2005, p. 707).

Essa nova consciência é questionadora e não se mantém em um lugar de receptor pacífico diante das hegemonias. Maldonado-Torres (2019, p. 36) argumenta que um corpo questionador, aliado a outras estratégias, é essencial para romper com o pensamento colonial e fazer emergir um pensamento decolonial que luta contra “a lógica da colonialidade e seus efeitos materiais, epistêmicos e simbólicos”.

No dia 10 de abril, a Prefeitura de Ouro Preto fez uma publicação no Facebook sobre a cerimônia. O post consiste em um texto explicativo sobre a cerimônia, acompanhado por diversas fotos. A partir do momento em que o evento foi para as redes sociais, ele ganhou uma nova conotação, pois as mídias sociais permitem o que Recuero (2016) chama de conversação em rede. Definida como “conversações amplas, públicas, síncronas ou assíncronas [...] que emergem das diversas interações entre os atores nessas ferramentas e que viajam pelas conexões, possibilitando uma larga participação” (RECUERO, 2016, p. 56).

A conversação em rede fez com que a publicação se espalhasse entre a população de Ouro Preto, de modo que, devido à forma como o Facebook opera, o engajamento de uma pessoa no *post* ampliou seu alcance e incentivou outras pessoas a comentarem na publicação.

No Facebook, quando alguns atores passam a discutir alguma coisa em uma postagem, mesmo que esta não seja pública, ela torna-se visível para os amigos dos debatedores (mesmo que não sejam amigos entre si ou que não estejam conectados ao autor da mensagem que iniciou a conversação). Trata-se, assim, de conversações que ou são públicas ou têm o potencial de serem (RECUERO, 2016, p. 56).

O resultado dessa hiperconexão foram 250 comentários deixados na publicação, que, em sua maioria, eram de pessoas contra o evento. Isso possibilitou que uma parte da população se posicionasse como questionadora, mesmo não estando presente fisicamente. Diante disso, buscamos selecionar comentários que apresentassem uma visão alternativa à oficial. Descartamos da amostra para análise aqueles menos eloquentes, que continham opiniões políticas que não condiziam com os objetivos deste

artigo, e os que tinham xingamentos e teor ofensivo. Após esse movimento, selecionamos comentários que demonstrassem de forma objetiva a visão que a pessoa teve da cerimônia e que fossem atravessados por questionamentos que podem ser caracterizados como uma consciência decolonial.

Desse modo, chegamos a três comentários selecionados para a análise. O método de estudo utilizado foi a análise de conteúdo. Bauer (2002) explica que um corpus de texto é a representação e a expressão de uma comunidade que escreve, o que permite ao pesquisador reconstituir indicadores de preconceitos, valores e estereótipos dessa comunidade, realizando, assim, uma espécie de “pesquisa de opinião pública com outros meios” (BAUER, 2002, p. 192).

O autor explica que a análise de conteúdo pode ser embasada em dois procedimentos: o semântico e o sintático.

A sintaxe descreve os meios de expressão e de influência, como algo é dito ou escrito. A frequência das palavras e sua ordenação, o vocabulário, os tipos de palavras e as características gramaticais e estilísticas são indicadores de uma fonte e da probabilidade de influência sobre alguma audiência. O frequente emprego de uma forma de palavras que não é comum pode identificar um provável autor e determinado vocabulário pode indicar um tipo provável de público. Os procedimentos semânticos dirigem seu foco para a relação entre os sinais e seu sentido normal - sentidos denotativos e conotativos em um texto. A semântica tem a ver com o que é dito em um texto?”, os temas e avaliações. Palavras, sentenças e unidades maiores de texto são classificadas como exemplos de temas predefinidos e avaliações (BAUER, 2002, p. 192-193).

Dessa forma, esta investigação será baseada no procedimento sintático, buscando nos comentários palavras e expressões que possam sinalizar aspectos, questionamentos e opiniões atravessados por uma consciência decolonial. Para isso, selecionamos três comentários que chamaram a atenção pelas palavras utilizadas que apontam as controvérsias da celebração. Veja na Figura 2.

Imagem 2: Comentários analisados

Comentário 1

Comentário 1
Não tem príncipe, princesa, rei, rainha ou família real no Brasil. Só escravos, modernos, e esse pensamento imperialista, retrógrado, surpreendentemente ainda presente na Prefeitura de Ouro Preto. Que tristeza!

Curtir Responder 9 sem Editado

19

Comentário 2

Comentário 2
Não existe príncipe. O que existe são descendentes de uma família portuguesa que usurpou terras brasileiras e que vivem nos parasitando até hoje, como uma ferida mal cicatrizada na história da América.

Curtir Responder 9 com

33

Comentário 3

Comentário 3
Nenhum negro ,para representar os que recebiam chibatadas para erguer nossa Vila Rica. Elite,elite,elite.Pobre Vila Rica!

Curtir Responder 9 sem Editado

56

Fonte: Facebook Prefeitura de Ouro Preto

As palavras utilizadas no primeiro comentário já demonstram que o usuário tem consciência de que não existe uma família real no Brasil, pois ele afirma esse fato na primeira frase do comentário. O usuário ainda utiliza as expressões "escravos modernos" e "pensamento imperialista", demonstrando possuir conhecimento sobre os fatos históricos revividos no evento. Além disso, o uso da palavra "retrógrado" para definir a cerimônia pode demonstrar que o cidadão conseguiu identificar a continuidade de uma lógica colonial no evento, que mantém as estruturas de poder no presente e reverbera em certos grupos sociais que não conseguem escapar da condição de "escravos modernos" imposta a eles.

Na mesma linha, o segundo comentário mostra que o usuário tem uma percepção clara e crítica sobre o evento. Ele afirma que no Brasil não há príncipe, apenas descendentes de portugueses que usurparam terras brasileiras, e cita como isso continua sendo uma ferida mal cicatrizada na história da América.

A fala do usuário ressalta como o evento realizado pela Prefeitura está envolto em uma lógica colonial ao evocar a figura da família Orleans e Bragança como algo ilustre e de prestígio, ignorando como a atuação deles na história do Brasil deixou de herança danos irreparáveis, como o racismo. O terceiro comentário questiona a ausência de pessoas negras no evento,

destacando a presença da elite. Nele, podemos observar que o usuário identifica a escolha de uma narrativa única do acontecimento, que ignorou a escravidão existente na época e as contribuições da população negra para a independência e para a construção de Ouro Preto.

Portanto, ao observarmos as características sintáticas dos comentários, podemos inferir que o cidadão do município não foi um telespectador passivo da cerimônia. Os textos analisados demonstraram que os usuários tinham conhecimento histórico e pensamento crítico sobre a narrativa que estava sendo contada ali, corroborando com o pressuposto deste artigo de que esses comentários deixam indícios de que são atravessados por uma consciência decolonial.

Entretanto, Maldonado-Torres (2019) pontua que, quando o colonizado se posiciona como questionador e potencial agente de mudança, isso causa um tipo de ansiedade, pois ele começa a refutar a legitimidade sobre a qual diversas instituições modernas são construídas, gerando instabilidade. “Isso inclui narrativas heroicas das origens e os propósitos das instituições modernas” (MALDONADO-TORRES, 2019, p. 33).

Uma das respostas contra esse posicionamento é a tentativa de mitigar o lugar do colonizado como questionador. Esse comportamento pode ser observado na resposta que a Prefeitura deu aos comentários da população. Após a repercussão negativa, o órgão público do município divulgou uma nota explicando que o objetivo da cerimônia era sublinhar o protagonismo de Ouro Preto na caminhada para a independência do Brasil. Além disso, a nota também informava que:

Lamentamos muito que houve uma percepção errônea da cerimônia, que visou recolocar Ouro Preto em evidência no seu eixo histórico, cultural e turístico, após a pandemia e a catástrofe das chuvas. O fomento ao turismo cultural é fundamental para a cidade, considerando a sua importância para a geração de emprego e renda. Contamos no evento com a participação da população, autoridades e com descendentes de Dom Pedro I. É importante destacar que não cabe à Prefeitura discutir questões acadêmicas e conceituais no nível solicitado, mas, sim, projetar a cidade para além do nosso contexto. É fundamental que as instituições pertinentes promovam reflexões, seminários, estudos e discussões que enriqueçam este momento histórico, pois assim, iremos compreender a sua relevância. Seguimos realizando ações para alavancar o nosso município e, caso a população solicite esclarecimentos ou queira contribuir com o administrativo, seguimos à disposição e abertos ao diálogo⁶.

Fazendo o mesmo movimento de análise dos comentários, vemos que a resposta da Prefeitura mostra indícios de que a cerimônia pode ter sido

⁶ Nota retirada da publicação da Prefeitura de Ouro Preto sobre o evento. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituraouropreto/posts/pfbid0GwkReWritfwBVhJdSHTyrAP8HdHS1mfuVdn9mk6sQAmcAmHxijEkv6BBcYN8KYml>.

utilizada como uma prática compensatória pelo poder público do município (Canclini, 2000). Como pontua a nota, o evento “visou recolocar Ouro Preto em evidência no seu eixo histórico, cultural e turístico, após a pandemia e a catástrofe das chuvas”. Essa frase testemunha uma impotência do órgão público diante das dificuldades enfrentadas pelo município. De modo que, impossibilitada de pensar em alternativas reais para as famílias desalojadas pelas chuvas ou para os empregos perdidos durante a pandemia, optou por realizar um evento que evoca um passado imaginado como glorioso, que nada tinha a agregar às situações citadas.

A nota também tentou explicar a interpretação “errada” que a população teve do evento. Entretanto, ao afirmar que um olhar crítico e uma reflexão sobre a cerimônia e o acontecimento histórico cabem somente às “instituições pertinentes”, a Prefeitura faz o que Maldonado-Torres (2019) conceitua como “colonialidade do saber”. Pois ela deslegitima as questões pontuadas pela população, tirando dela o direito de pensar criticamente e direcionando o lugar do saber a pessoas tidas como intelectuais, mantendo uma hegemonia do conhecimento.

Essa atitude também retira da própria Prefeitura a responsabilidade sobre o evento, como se a ela, a detentora do poder, coubesse apenas perpetuar a narrativa hegemônica. Ao negar as falhas do evento, a Prefeitura deixa vestígios de que a colonialidade, definida por Maldonado-Torres (2019) como um padrão de poder que emergiu do colonialismo moderno, ainda é uma ferida aberta no Brasil, que, para cicatrizar, suscita a necessidade de uma consciência decolonial na população e, principalmente, dentro dos poderes.

Considerações finais

O presente artigo buscou compreender como o evento que trouxe a família Orleans e Bragança para Ouro Preto, realizado pela Prefeitura do município, mesmo que de forma implícita, perpetuou uma lógica colonial. A hipótese ganhou força após um estudo sobre a maneira com que o órgão público se apropriou da narrativa hegemônica sobre o acontecimento e ignorou suas controvérsias, apresentando aquela versão do passado como gloriosa e digna de ser recolocada em cena. A maneira como a cerimônia foi organizada e as pessoas que estiveram presentes deixam indícios de que existe um desejo de continuidade das estruturas sociais, com o poder e prestígio nas mãos de

homens brancos e da elite, enquanto a população negra e pobre continua sendo esquecida na história e no presente.

A análise de conteúdo dos comentários postados no *Facebook* da Prefeitura revela que, assim como na história suprimida na cerimônia, a população não é apenas um público pacífico. Ao questionar a realização do evento, a existência de uma família real no Brasil e a ausência de pessoas negras, o estudo demonstra que, entre as pessoas que se manifestaram no *post*, há indícios de uma consciência decolonial que perturba a tranquilidade de quem deseja manter o status quo.

A resposta da Prefeitura revela esse incômodo direcionado à atitude questionadora da população, de modo que o órgão buscou formas para tentar deslegitimar essa ação. A recusa em reconhecer as falhas do evento também ressalta as diversas lógicas coloniais presentes dentro das estruturas de poder do Brasil, demonstrando que a realização de um evento como o estudado neste artigo é apenas a ponta do *iceberg*.

Desse modo, podemos observar que a abordagem conceitual, unida com a análise do evento e da repercussão entre a população, corrobora as hipóteses levantadas neste artigo sobre a presença de uma lógica colonial na celebração e a atitude decolonial da população. Porém, o trabalho também aponta para algo maior e estrutural dentro dos setores de poder da sociedade, mostrando que o estudo sobre o uso do patrimônio cultural por forças políticas e a lógica colonial dentro desses setores não se encerra aqui.

Bibliografia

- ANZALDÚA, Gloria. **La conciencia de la mestiza/Rumo a uma nova consciência**. Estudos Feministas, Florianópolis, v.13, n.3, 2005, P. 704–719.
- CANCLINI, Nestor. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2015.
- CRESCÊNCIO, Bruna; MORENO, Jean. **A participação da população negra nos processos de independência do Brasil e da Argentina**. In: XIII Encontro Regional de História da ANPUH-PR. Foz do Iguaçu, 2022, 7 a 10 de set.
- hooks, bell. **A teoria como prática libertadora**. In: Ensinando a transgredir: a educação como prática de liberdade. São Paulo: Martins Fontes, 2017, P. 83–104.
- MALDONADO-TORRES, Nelson. **Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas**. In: BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GOSFOGUEL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019, P. 27–54.
- BAUER, Martin W. **Análise de conteúdo clássica: uma revisão**. In: BAUER, Martin W. & GASKELL, George (editores). **Pesquisa qualitativa com texto:**

imagem e som. Um manual prático. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. P. 189 -217.

PREFEITURA DE OURO PRETO. **Comemoração aos 200 anos da visita de Dom Pedro à Antiga Vila Rica de Ouro Preto.** Ouro Preto, 10 de abril, 2022. Facebook: Prefeitura de Ouro Preto. Disponível em: <https://www.facebook.com/prefeituraouropreto/posts/pfbid0GwkReWrjfwBVhJdSHTyrAP8HdHS1mfuVdn9mk6sQAmcAmHxijEkv6BBcYN8KYml>. Acesso em: 05 de jan. 2023.

RECUERO, Raquel. **Atos de ameaça à face e à conversação em redes sociais na internet.** In. PRIMO, Alex. (org.). Interações em Rede. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 51-69.

Recebido em: 28/02/2024

Aceito em: 28/08/2024